

Falta de gás em térmicas provoca pressão sobre tarifas

Daniel Rittner

De Brasília

Em apenas 45 dias, os consumidores de energia elétrica em todo o país ficaram com uma conta de R\$ 128 milhões nas mãos por causa da falta de suprimento de gás natural da Petrobras para a usina Termofortaleza (CE). A estatal deixou de fornecer o insumo para a térmica, operada pela italiana Enel, entre 28 de fevereiro e 15 de abril.

Durante todo esse tempo, mesmo em plena temporada de chuvas, a usina de 332 megawatts (MW) foi acionada pelo Operador

Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Ela tem o terceiro custo mais baixo de operação entre 40 térmicas no Nordeste. Por isso, torna-se uma das primeiras a ligar as turbinas. Se fica indisponível, o ONS recorre a fontes mais caras para tapar o buraco. É o que se conhece no setor como geração fora da ordem de mérito — justamente por não respeitar a ordem do custo de geração. A diferença vai para o Encargo de Serviços do Sistema (ESS) e chega às tarifas de energia.

Para especialistas, o problema na Termofortaleza é um prenúncio do que pode ocorrer com mais de 5

mil MW em usinas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), criado em 2000. Esses projetos — em Estados como Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio — tinham garantia de suprimento da Petrobras. Só que o preço do combustível está fixado em US\$ 4 por milhão de BTU nos contratos originais e ficou defasado. A Petrobras tem preferido pagar as multas do que fornecer o gás com prejuízo. Procurada, a empresa preferiu não se pronunciar.

Uma emenda deve ser incluída na MP 814 pelo deputado Julio Lopes (PP-RJ). Relator da medida, ele fará uma mudança no texto transferindo a diferença entre o valor inicialmente fixado do gás e o “preço médio” do mercado — hoje em torno de US\$ 7. A conta iria para o ESS e, depois, seria repassada às tarifas. A emenda desperta reação contrária da Abrace, associação dos grandes consumidores industriais, que calcula um impacto de R\$ 2,5 bilhões.

As empresas controladoras das térmicas — como Enel, Neoenergia, EDF — admitem reservadamente que pode haver aumento de

tarifa com atualização no preço do gás. Mas consideram as estimativas da Abrace exageradas e sustentam que o custo de não fazer nada seria várias vezes maior. O Instituto Acende Brasil estima que “não fazer nada” levaria a um gasto de até R\$ 9 bilhões por ano — o que criaria uma pressão entre 9 e 10 pontos percentuais nas tarifas.

O presidente do instituto, Cláudio Sales, explica: a Termofortaleza, por exemplo, tem custo unitário de R\$ 140 por megawatt-hora. Se outras térmicas forem precisando ser acionadas, algumas custam até R\$ 950, como aquelas movidas a óleo diesel. Outras usinas do PPT estão ameaçadas de perder o fornecimento de gás. “Não faz sentido trocá-las por térmicas a óleo.”

Levando tudo isso em conta, Sales acredita que a mudança na MP 814 é a “solução mais econômica” para os consumidores, principalmente quando se leva em conta a perspectiva de continuidade no acionamento das térmicas.

Do ponto de vista operacional, a indisponibilidade da Termofortaleza não gera dor de cabeça à

segurança no suprimento, afirmou o ONS em relatório. A autarquia, porém, completou: “A indisponibilidade de geração da UTE Termofortaleza conduz à elevação dos custos de atendimento”.